

Demonstrações Financeiras

Cemig PCH S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	20
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	20
7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	21
8. IMOBILIZADO	21
9. INTANGÍVEL	23
10. FORNECEDORES.....	25
11. ARRENDAMENTOS.....	25
12. TRIBUTOS.....	28
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	28
14. RECEITA.....	30
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	31
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	31
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	35
PARECER DO CONSELHO FISCAL	39
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Cemig PCH S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 45.952 mil, representado por 45.952.445 (quarenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e duas mil, quatrocentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 22.030 mil em 2022, em comparação a R\$ 30.856 mil em 2021.

Receita Operacional

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$ 31.151 mil em 2022 (R\$52.189 mil em 2021).

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 10.385 mil em 2022, comparado a R\$ 19.677 mil em 2021. Essa variação deve-se, principalmente, a redução de volume dos custos com energia elétrica comprada para revenda.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$ 2.985 mil referente a despesas com imposto de renda e contribuição social, representando 11,93% em relação ao resultado de R\$ 25.015 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$ 2.299 mil referente a despesas com imposto de renda e contribuição social, representando 6,93% em relação ao Resultado de R\$ 33.155 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi de R\$ 23.828 mil (R\$ 35.340 mil em 2021) e a margem do LAJIDA foi de 80,94% no mesmo período (70,79% em 2021), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Resultado Líquido	22.030	30.856	(28,60)
Despesa de IR e CS	2.985	2.299	29,84
Depreciação e Amortização	4.775	4.675	2,14
Resultado Financeiro	(5.962)	(2.490)	139,44
LAJIDA	23.828	35.340	(32,57)

LAJIDA	2022	2021
Receita Líquida	29.438	49.924
LAJIDA	23.828	35.340
Margem LAJIDA - %	80,94%	70,79%

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM n° 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados. Continuamente ao ano de 2021, os trabalhos foram feitos com as COMPDECs-Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil e foram realizadas reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

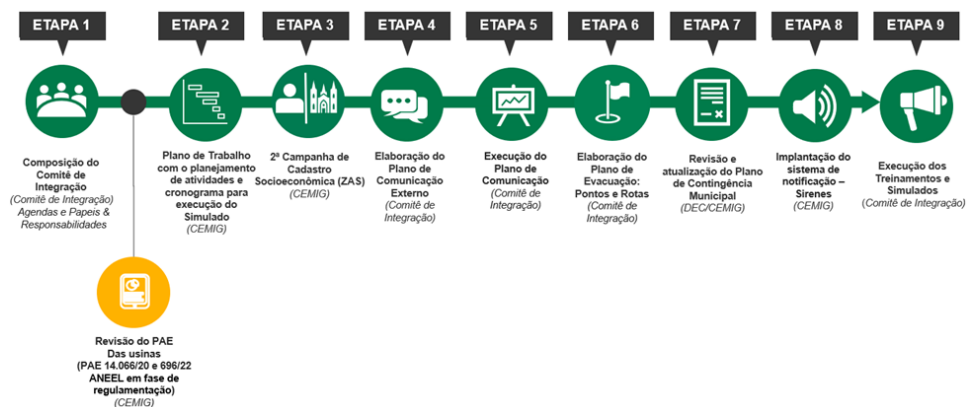
Em 2022, a Cemig continuou trabalhando temas inseridos no tratamento da Lei nº 12.334/2010 (14.066/2020) e Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015, apresentando a estratégia de Alerta/Alarme e meios de comunicação em cenários de emergências em rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas.

Os PAEs também focam na apresentação de riscos de inundação causados por cheias ordinárias, além dos possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Nos anos de 2020 e 2021, as tratativas dos PAEs das barragens da empresa, junto às Defesas Civas Municipais, foram feitas de “*modo individual*” e com pauta específica, e usado a bandeira do “*Programa Proximidade*”. A partir de julho de 2022, a Gerência de Planejamento Energético da CEMIG, como responsável pelo relacionamento com as Defesa Civas Municipais, criou o “*Projeto VAMOS*”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONs, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos *Cis- Comitês de Integração do PAE*, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de *modo grupal*. Participam, minimamente, as instituições de interesse direto para o tema, quais sejam, COMPDECs, Defesas Civas Municipais, REDECs (Regionais de Defesa Civil Estadual) e unidades dos CBMMG (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de MG), correlatos aos municípios mapeados.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2022:

1. Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
2. Debates com a comunidade para criação e melhorias do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de

- ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e proximidade de rotas de fuga e pontos de encontro)
3. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento de 03 barragens (remanescentes do ano 2021)
 4. Instalação de Sinalização de Alerta (placas Rotas de fuga e Pontos de Encontro) em 05 municípios.
 5. Em continuidade das ações de Pesquisa e Desenvolvimento “P&D” do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, foram distribuídos, gratuitamente, cerca de 900 aparelhos para a população mapeada e cadastrada na ZAS das barragens das PCHs Cajuru e Piau, nos municípios de Divinópolis, Carmo do Cajuru e Piau. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Ainda no ano de 2022, após 03 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHEs Queimado, Nova Ponte, Emborcação e Irapé). Estes eventos contaram com a participação de cerca de 140 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Destinação do Resultado de 2022 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$ 22.030 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$ 2.218 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2022, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 1.102 mil para constituição de reserva legal;
- R\$ 11.573 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$ 11.573 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig PCH manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021****(Em milhares de Reais)****ATIVO**

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	7.325	2.018
Títulos e Valores Mobiliários	4	41.684	26.935
Consumidores e Revendedores	5	2.239	2.050
Tributos Compensáveis	6	40	159
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		279	201
Outros ativos		-	55
TOTAL DO CIRCULANTE		51.567	31.418
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	157	5.540
Tributos Compensáveis	6	517	472
Depósitos judiciais	7	-	2.917
Imobilizado	8	49.446	51.107
Intangível	9	363	400
Direito de Uso	11	83	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		50.566	60.515
ATIVO TOTAL		102.133	91.934

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	959	467
Encargos Regulatórios		7	6
Impostos, Taxas e Contribuições	12	251	171
Dividendos a pagar	13c	11.573	-
Transações com Partes Relacionadas	18	157	138
Passivo de Arrendamento	11	11	10
TOTAL DO CIRCULANTE		12.958	792
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	-	41
Impostos, Taxas e Contribuições	12	358	264
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	1.394	647
Passivo de Arrendamento	11	79	73
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.831	1.025
TOTAL DO PASSIVO		14.789	1.817
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	13	45.952	45.952
Reserva de ajustes de avaliação patrimonial	13b	21.309	23.527
Reserva de Lucros	13a	20.083	20.637
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		87.344	90.116
PASSIVO TOTAL		102.133	91.933

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	14	29.438	49.924
CUSTOS OPERACIONAIS	15		
Custos com energia elétrica		(1.992)	(12.109)
Custos de operação		(7.338)	(6.628)
		(9.330)	(18.737)
LUCRO BRUTO		20.108	31.187
DESPESA OPERACIONAL			
Despesas Gerais e Administrativas		(868)	(786)
Outras Despesas Operacionais		(187)	(154)
		(1.055)	(940)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico		-	418
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		19.053	30.665
Receitas Financeiras	16	6.031	2.502
Despesas Financeiras	16	(69)	(12)
		5.962	2.490
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		25.015	33.155
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	17	(2.238)	(2.111)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17	(747)	(188)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		22.030	30.856

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021****(Em milhares de Reais)**

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	22.030	30.856
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	22.030	30.856

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Reserva de ajustes de avaliação	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	45.952	5.865	11.659	25.745	-	89.221
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(2.218)	2.218	-
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,2537 por ação)	-	-	(11.659)	-	-	(11.659)
Resultado do exercício	-	-	-	-	30.856	30.856
Dividendos intermediários (R\$0,3983 por ação)	-	-	-	-	(18.302)	(18.302)
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Constituição reserva legal	-	1.543	-	-	(1.543)	-
Dividendos adicionais propostos (R\$0,2879 por ação)	-	-	13.229	-	(13.229)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	45.952	7.408	13.229	23.527	-	90.116
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(2.218)	2.218	0
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,2537 por ação)	-	-	(13.229)	-	-	(13.229)
Resultado do exercício	-	-	-	-	22.030	22.030
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Constituição Reserva Legal	-	1.102	-	-	(1.102)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(11.573)	(11.573)
Dividendos adicionais propostos	-	-	11.573	-	(11.573)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	45.952	8.510	11.573	21.309	-	87.344

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	22.030	30.856
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	4.775	4.672
Amortização do direito de uso (Nota 11)	3	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	747	188
PIS/Pasep e Cofins diferidos	(63)	123
Variação monetária sobre depósitos vinculados a litígio (Nota 16)	(39)	(29)
Juros - Passivo de arrendamento (Nota 11)	11	10
Ganho com ressarcimento do GSF (Nota 9)	-	(418)
	27.464	35.405
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	(189)	1.698
Tributos compensáveis (Nota 6)	74	522
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(78)	(201)
Outros créditos	2.965	(63)
	2.772	1.956
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores (Nota 10)	451	(1.019)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 12)	174	180
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	1.383	1.692
Transações com partes relacionadas (Nota 18)	19	(5)
Outras obrigações	106	4
	2.133	852
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	32.369	38.213
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.383)	(1.954)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	30.986	36.259
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(9.366)	(12.132)
Adição imobilizado (Nota 8)	(3.073)	(485)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.240)	(12.617)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(13.229)	(30.637)
Arrendamentos pagos (Nota 11)	(11)	(10)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(13.240)	(30.647)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.307	(7.005)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.018	9.023
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício (Nota 3)	7.325	2.018
	5.307	(7.005)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig PCH S.A. (“Companhia” ou “Cemig PCH”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”), constituída em 2 de outubro de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a exploração comercial do potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Pai Joaquim, com 23 MW de potência instalada (informação não auditada), localizada no Rio Araguari, Municípios de Sacramento e Santa Juliana, Estado de Minas Gerais. A autorização Aneel da PCH Pai Joaquim vence em 2032.

A energia produzida pela PCH Pai Joaquim é 100% incentivada e comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A PCH Pai Joaquim foi fortemente impactada com a redução da sua garantia física em função de penalidades regulatórias aplicadas a desempenho de PCHs. Em 2009, a publicação da Portaria no Ministério de Minas e Energia (MME) nº 463 estabeleceu uma metodologia para o cálculo dos montantes de energia assegurada de energia de usinas hidrelétricas não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, impactando fortemente os resultados da Companhia com a redução da energia assegurada da PCH Pai Joaquim. No fim de 2011, foi publicado o Despacho pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 3.584, excluindo a PCH Pai Joaquim do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em 2012, com a publicação da Portaria MME nº 58, de 30 de julho de 2012, houve a maior perda, quando sua energia assegurada foi reduzida de 12,52 MW médios para 2,41 MW médios a partir do primeiro semestre de 2013. A usina veio recuperando sua garantia física desde 2013 e chegou a 4,26 MW médios, com a publicação da Portaria MME nº 30 de 29 de janeiro de 2015.

Foram realizadas melhorias como a adequação do sistema de resfriamento, com conclusão em outubro de 2015 e mudanças na operação da PCH que permitiram melhorar seu desempenho, aumentado a média de geração, se comparado a anos anteriores.

Em abril de 2017, a Companhia ajuizou ação judicial contra os efeitos da Resolução Aneel 409/10 e em setembro de 2017 houve liminar do TRF-DF favorável à Cemig PCH. Posteriormente, ocorreu a publicação da Portaria MME 254/2017 retornando à garantia física original de 13,91 MW médios e em outubro de 2017 a usina retornou ao MRE.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 3 de maio de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (fornecimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 8 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 9 – Intangível (Amortização);
- Nota 14 – Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do CPC 25 ou ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47

– Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas Bancárias	299	720
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	20
Overnight	7.026	1.278
TOTAL	7.325	2.018

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que não houve operação em 31 de dezembro de 2022 e foi de 105% em 31 de dezembro de 2021, conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que varia 13,62% a 13,64% a.a em 31 de dezembro de 2022 (entre 8,87% e 9,14% em 31 de dezembro de 2021).

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Aplicações Financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	4.577	1.578
Letras Financeiras - Bancos	27.259	22.444
Letras Financeiras do Tesouro	9.609	2.800
Debêntures	239	313
	41.684	26.935
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	-	5.464
Debêntures	157	76
	157	5.540
	41.841	32.475

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% e 1110,26 do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre 105% e 130% em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 dessas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Total	
	Não faturado	2022	2021
Fornecimento industrial	2.239	2.239	1.440
CCEE - Energia elétrica de curto prazo	-	-	610
Total	2.239	2.239	2.050

Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2022	2021
Circulante		
ICMS	31	157
Pis/Pasep	2	1
Cofins	7	1
Total	40	159
Não Circulante		
PIS/Pasep	92	84
Cofins	425	338
	517	472
Total	557	631

7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

	2022	2021
Obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	-	2.917
TOTAL	-	2.917

Os depósitos vinculados a litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais - exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins.

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (%)	2022			2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		112.381	(66.667)	45.714	111.421	(61.933)	49.488
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	4,17	29.556	(17.477)	12.079	29.556	(16.237)	13319
Reservatórios, barragens e adutoras	4,16	47.500	(28.252)	19.248	47.500	(26.278)	21.222
Máquinas e equipamentos	4,44	35.316	(20.930)	14.386	34.356	(19.410)	14.946
Móveis e utensílios	6,25	9	(8)	1	9	(8)	1
Em curso		3.732	-	3.732	1.619	-	1.619
Máquinas e equipamentos		3.384	-	3.384	1.212	-	1.212
Outros		348	-	348	407	-	407
Total		116.113	(66.667)	49.446	113.040	(61.933)	51.107

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições/(Baixas) (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições/(baixas) líquidas (A) + (B)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	111.421	-	960	112.381	960	(66.667)	45.714
Terrenos	166	-	-	166	-	(80)	86
Reservatórios, barragens e adutoras	47.500	-	-	47.500	-	(28.252)	19.248
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.390	-	-	29.390	-	(17.397)	11.993
Máquinas e equipamentos	34.356	-	960	35.316	960	(20.930)	14.386
Móveis e utensílios	9	-	-	9	-	(8)	1
Em curso	1.619	3.073	(960)	3.732	2.113	-	3.732
Máquinas e equipamentos	1.212	3.132	(960)	3.384	2.172	-	3.384
Outros	407	(59)	-	348	(59)	-	348
Total	113.040	3.073	-	116.113	3.073	(66.667)	49.446

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas (A) + (B)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	111.131	-	290	111.421	290	(61.933)	49.488
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	29.556	-	-	29.556	-	(16.237)	13.319
Reservatórios, barragens e adutoras	47.500	-	-	47.500	-	(26.278)	21.222
Máquinas e equipamentos	34.066	-	290	34.356	290	(19.410)	14.946
Móveis e utensílios	9	-	-	9	-	(8)	1
Em curso	1.424	485	(290)	1.619	195	-	1.619
Máquinas e equipamentos	1.337	164	(290)	1.211	(126)	-	1.211
Outros	87	321	-	408	321	-	408
Total	112.555	485	-	113.040	485	(61.933)	51.107

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2022, a taxa média de depreciação anual foi de 4,25% (4,21% em 2021).

Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

9. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e suas subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$418, conforme tabela abaixo:

Taxa anual de amortização %	2022			2021		
	Custo	Amort. acum.	Valor líquido	Custo	Amort. acum.	Valor líquido
Em serviço	418	(55)	363	418	(18)	400
Ativos da concessão – GSF 8,80	418	(55)	363	418	(18)	400
Em curso	-	-	-	-	-	-
Total	418	(55)	363	418	(18)	400

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas (A) + (B)	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	418	-	-	418	418	(55)	363
Ativos da concessão - GSF	418	-	-	418	418	(55)	363
Em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	418	-	-	418	418	(55)	363

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas (A) + (B)	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	418	-	-	418	418	(18)	400
Ativos da concessão - GSF	418	-	-	418	418	(18)	400
Em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	418	-	-	418	418	(18)	400

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig PCH	418			
PCH Pai Joaquim	418	04/04/2032	163	14/09/2032

Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos

as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

10. FORNECEDORES

	2022	2021
Suprimento e Transporte de Energia	314	8
Materiais e Serviços	645	459
Outros	-	41
TOTAL	959	508
Circulante	959	467
Não Circulante	-	41

11. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para o seguinte contrato que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2022		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74	74
Remensuração	8	8
Amortização	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	79	79
Remensuração	7	7
Amortização	(3)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	83	83

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	76
Juros incorridos	10
Arrendamentos pagos	(10)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Juros incorridos	13
Arrendamentos pagos	(11)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2)
Remensuração	7
Saldo em 31 de dezembro de 2022	90
Passivo circulante	11
Passivo não circulante	79

Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

12. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2022	2021
Circulante		
ICMS	32	-
COFINS	66	56
PASEP	14	12
INSS	135	101
ISSQN	-	-
Outros	4	3
	251	171
Não circulante		
COFINS	294	217
PASEP	64	47
	358	264
TOTAL	609	435

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Não circulante		
Imposto de renda diferido	1.028	483
Contribuição social diferida	366	164
Total	1.394	647

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 45.952, representado por 45.952.445 (quarenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e duas mil, quatrocentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2022	2021
Reserva legal	8.510	7.408
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	11.573	13.229
	20.083	20.637

Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$ 1.102 de reserva legal em 2022 (R\$1.543 em 2021), correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou o montante de R\$ 11.573 na reserva de lucros em 2022 (R\$13.229 em 2021), referente a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Reserva de Ajustes de Avaliação

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos estatutários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2022	2021
Dividendos		
Resultado do exercício	22.030	30.856
Reserva legal constituída	(1.102)	(1.543)
Realização da reserva de ajustes de avaliação	2.218	2.218
	23.146	31.531
Dividendo obrigatório	11.573	-
Dividendo intermediário	-	18.302
Dividendos adicionais propostos	11.573	13.229
Total dos dividendos	23.146	31.531

Destinação do resultado de 2022 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$ 22.030, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$ 2.218, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2022, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 1.102 para constituição de reserva legal;
- R\$ 11.573 para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$ 11.573 para pagamento de dividendos adicionais.

14. RECEITA

	2022	2021
Fornecimento bruto de energia (a)	31.151	52.189
Deduções à receita operacional (b)	(1.713)	(2.265)
Receita operacional líquida	29.438	49.924

a) Receita bruta de energia elétrica

Classe de consumidor	2022	2021
Fornecimento faturado - Industrial	2.411	1.715
Fornecimento - Não faturado	23	154
Suprimento a outras concessionárias	27.369	46.126
Transações com energia na CCEE	1.348	4.194
Total	31.151	52.189

b) Deduções à receita operacional

	2022	2021
Cofins	914	1.447
PIS/Pasep	198	314
ICMS	522	429
Taxa de fiscalização de serviço de energia	79	75
Total	1.713	2.265

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Energia elétrica comprada para revenda

	2022	2021
Energia de curto prazo - CCEE	1.663	6.010
Encargos da rede básica de transmissão	329	388
Contratos Bilaterais	-	5.711
	1.992	12.109

Custos de operação

	2022	2021
Materiais	239	101
Serviços de terceiros	2.304	1.833
Depreciação	4.775	4.675
Outros custos operacionais	20	19
	7.338	6.628

Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	868	786
Outras despesas operacionais, líquidas	187	154
	1.055	940

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	5.961	2.342
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	39	29
Variação monetária de créditos tributários	2	85
Outras	29	46
	6.031	2.502
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(11)	(10)
Atualização PIS/PASEP e COFINS a serem restituídos a concessionárias	(42)	-
Outras	(16)	(2)
	(69)	(12)
RESULTADO FINANCEIRO	5.962	2.490

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	29.431	29.431
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	2.739	2.739
Outras Receitas Financeiras	1.249	1.249
Base de cálculo Lucro Presumido	6.342	7.520
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	952	677
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	610	0
IR e CS - Lucro Presumido	1.562	677
Rendas Aplicações não resgatadas	3.223	3.223
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	806	290
Receita por competência diferida	1.720	1.720
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	138	206
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	34	19
Depósitos judiciais	(1.179)	(1.179)
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	(296)	(107)
Amortização custos GSF	37	37
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	3	4
Alíquota	25%	9%
Total	1	-
Corrente	1.562	677
Diferido	545	202

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Fornecimento bruto de energia elétrica	55.546	55.546
Percentual de presunção	8%	12%
	4.444	6.666
Receita financeira s/ resgate efetivo de aplicações	1.549	1.549
Outras receitas financeiras	131	131
Base de cálculo	6.124	8.346
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro presumido	919	751
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	588	-
IR e CS - Lucro presumido	1.507	751

Renda de aplicações não resgatadas	793	793
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	198	71
Varição monetária - Depósitos judiciais	29	29
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	7	3
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(3.357)	(3.357)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	(269)	(403)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro presumido	(67)	(36)
LUCRO PRESUMIDO - Ressarcimento custo GSF		
Ressarcimento GSF (receita diferida)	400	400
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	32	48
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro presumido	8	4
IRPJ/CSLL apurado a maior em períodos anteriores	(96)	(51)
Corrente	1.411	700
Diferido	146	42

Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um ativo/passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis/tributáveis referentes a receita bruta e as receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Convênio de compartilhamento (1)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	157	138	-	-	(501)	(436)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	48	82	-	-	(795)	(885)
Prestação de serviços (3)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	(84)
Operações com energia elétrica (4)								
Cemig Distribuição	-	8	18	-	-	-	(543)	(195)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	7.026	1.278	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	41.684	26.936	-	-	4.215	992	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	157	5.540	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig PCH aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 2,31% em 31 de dezembro de 2022 (1,52% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	17	14
Participação nos resultados	4	3
Previdência privada	2	1
Total (1)	23	18

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		2.239	2.239	2.050	2.050
Títulos e Valores Mobiliários		5.988	5.988	17.043	17.043
Depósitos judiciais		-	-	2.917	2.917
		8.227	8.227	22.010	22.010
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	7.026	7.026	1.298	1.298
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	4.577	4.577	1.578	1.578
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	21.668	21.668	11.054	11.054
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	9.608	9.608	2.800	2.800
		42.879	42.879	16.730	16.730
		51.106	51.106	38.740	38.740
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(959)	(959)	(508)	(508)
Partes relacionadas		(157)	(157)	(138)	(138)
Passivo de Arrendamento		(90)	(90)	(83)	(83)
		(1.206)	(1.206)	(729)	(729)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	887	72	-	-	-	959
Passivo de Arrendamento	1	2	9	48	30	90
TOTAL	888	74	9	48	30	1.049

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela PCH Pai Joaquim. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig PCH S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 3 de maio de 2023.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Cemig PCH S.A.
Belo Horizonte- MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig PCH S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig PCH S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7